

## Ata nº 9

Ao vigésimo sexto dia do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, pelas onze horas, nas instalações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, (INSA), sito na Avenida Padre Cruz, em Lisboa, reuniu o Conselho Nacional de Saúde (CNS), criado pelo Decreto-Lei n.º 49/2016, de 23 de agosto, de acordo com o previsto na Base VII da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Aprovação da ata da reunião de 19.03.2019
3. Aprovação do Plano de Atividades 2019
4. Ponto da situação do relatório 2019 “Saúde Mental”
5. Proposta de participação do CNS nas comemorações do Dia Mundial de Saúde 2020
6. Proposta para os termos de referência do Plano Nacional de Saúde 2020-2030
7. Apresentação do programa “Enesis 2020/2022”

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes elementos:

Prof. Doutor Henrique Barros - Presidente do CNS

Profª Doutora Isabel Loureiro - Vice-Presidente do CNS

Dra. Maria da Piedade Líbano Monteiro - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger - APSA

Dr. João Filipe Raposo - Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal - APDP

Dra. Joaquina Castelão - Federação Portuguesa das Associações das Famílias de Pessoas com Experiência de Doença Mental - FamiliarMente

Dra. Sofia Crisóstomo - Grupo de Activistas em Tratamentos - GAT

Prof. Doutor Vítor Rodrigues - Liga Portuguesa Contra o Cancro

Prof. Doutor Miguel Viveiros Bettencourt - Ordem dos Biólogos

Enfermeiro Serafim Rebelo Ana Fonseca - Ordem dos Enfermeiros

Doutor Orlando Monteiro da Silva - Ordem dos Médicos Dentistas

Dra. Graça Raimundo - Ordem dos Nutricionistas

Prof. Doutor Telmo Baptista - Ordem dos Psicólogos

Prof. Doutor Alexandre Castro Caldas - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Prof. Doutor Luís Carvalho - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

Dra. Dina Carvalho - Comissão Permanente de Concertação Social

Dra. Sílvia Rodrigues - Comissão Permanente de Concertação Social (representação do Dr. Paulo Duarte)

Profª. Doutora Lucília Nunes - Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida

Estiveram ainda presentes os peritos Dr. Gonçalo Figueiredo Augusto, Doutora Joana Alves, Dra. Isa Alves e Dra. Andreia Leite (em estágio no CNS).

O Presidente do CNS deu início à sessão com algumas informações:

Em primeiro lugar explicou que o envio tardio do documento para análise sobre os Termos de Referência para o Plano Nacional de Saúde 2020/30, resultara quer da dificuldade de precisar o próprio conceito, quer pela dupla natureza dos vários contributos recebidos: uns com uma visão mais abrangente para desenhar o PNS, outros com maior utilidade para a descrição do PNS, mais pormenorizada e sectorial e que se procurara estabelecer uma linha condutora, integrando muitos pontos em comum das grandes preocupações manifestadas.

De seguida, apresentou a Profª Doutora Lucília Nunes, que assumiu a representação do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida no CNS.

Por sua vez a Dra. Piedade Líbano Monteiro deu a conhecer a publicação da Norma 002/2019 da DGS, sobre Autismo, congratulando-se pela sua publicação, apesar de um lapso a ser retificado, aguardada há mais de 3 anos e convicta de que seria de grande utilidade aos profissionais de saúde.

Seguiu-se a aprovação da ata da reunião de 19 de março, que foi aprovada por unanimidade pelos membros que estiveram presentes nessa reunião.

Em relação ao Plano de Atividades para 2019, o Presidente informou de que apenas faltava integrar o relatório de saúde mental.

A propósito, informou que o grupo de conselheiros constituído tem reunido periodicamente, trabalhando o relatório, para apresentar como o contributo do CNS sobre políticas de saúde mental.

A pedido do Presidente, o Dr. Gonçalo Figueiredo Augusto apresentou uma síntese do que irá ser esse relatório, enunciando os vários capítulos e esclarecendo que se pretendia introduzir exemplos de boas práticas em cada tema/capítulo e testemunhos reais de próprios, de familiares de cuidadores e dos profissionais de saúde. Em relação à definição de prioridades e recomendações, sublinhou a preocupação de se não utilizar uma linguagem estigmatizante de rótulos.

Aproveitou para apresentar a Dra. Andreia Leite como estagiária no CNS, que tem estado a colaborar na elaboração do relatório 2019.

A Prof<sup>a</sup> Doutora Isabel Loureiro questionou os membros do grupo se queriam acrescentar ou comentar a exposição feita e disse ainda que o relatório final sujeito a aprovação em plenário, em outubro, teria uma apresentação pública prevista para 27 de novembro.

Entretanto a Prof<sup>a</sup> Doutora Lucília Nunes pediu para saber quem eram os membros que constituíam o grupo, os quais se apresentaram.

O Prof. Doutor Henrique Barros solicitou então que os presentes se pronunciassem sobre o relatório.

O Prof. Doutor João Raposo questionou a opção de apresentar o capítulo sobre cuidados de saúde estivesse no fim. Relevou a importância de estabelecer a interação da Saúde Mental/Doença Mental com outras doenças, nomeadamente como a doença crónica influencia a saúde mental.

O Prof. Doutor Henrique Barros falou ainda no envelhecimento com Saúde Mental, com ou sem doença mental e problemas adjacentes como a perda de familiares para doentes mentais, por sua vez o Prof. Castro Caldes referiu que a paralisia cerebral, sem o apoio dos pais colocava questões muito graves, sublinhando que se tratam de áreas muito complicadas.

Também a Dra. Joaquina Castelão mencionou que a área de Saúde Mental necessitava de um acompanhamento permanente, sendo fundamental a articulação entre os diversos profissionais, a que o Prof. Castro Caldas acrescentou que em Portugal ainda o tratamento ainda é por patologia, sendo necessário combater isso, disse ainda que há novas terapêuticas genéticas, que vão também começar a ser aplicadas na doença mental, mas que são muito caras.

A Prof<sup>a</sup> Doutora Lucília Nunes referiu o parecer 77/14, sobre ciência bioética, um relatório muito extenso, com audições a grupos vulneráveis nomeadamente os reclusos, que poderia ser útil consultar, acrescentou que a informação e a investigação disponível sobre essa matéria eram escassas.

O Presidente referiu que a Doutora Joana Alves iria focar-se nos aspetos económicos e no peso da Saúde Mental, considerando necessário apurar o que há, o impacto no sistema e no financiamento e também no mercado de trabalho.

Considerou ainda proveitoso fazer circular de forma mais alargada o trabalho que se vai desenvolvendo.

Em relação ao DMS 2020, e tendo presente as atribuições do CNS, referiu que seguindo a mesma filosofia que se adotara para a elaboração de outros relatórios, para o relatório sobre Saúde Mental também se tinha formado um grupo de trabalho e que em reunião sedimentara-se a ideia de fazer algo que fosse mais além do que as comemorações do próprio dia. A ideia era criar uma comissão alargada, de estruturas autónomas, em parceria com a Educação, que estava muito virada para os jovens nas escolas. Lembrou que DMS era assinalado no período de férias dos jovens, o que tornava difícil o sucesso de qualquer iniciativa nessa altura.

Explicou que tinha sido pensado desenhar um plano geral, consensual com a educação, conjugando interesses e expectativas a nível das escolas e autarquia.

Referiu como aspetos mais importantes: promover a discussão dos temas de saúde, como enquadrar no DMS e como articular com as escolas e as autarquias.

A Dra. Sílvia Rodrigues sugeriu que teria interesse fazer qualquer atividade no terreno, culminando numa apresentação no DMS, mostrando alguns resultados, achando que, embora se colocasse a questão do calendário, se poderiam fazer reuniões com as escolas, DGS, autarquias.

A Prof<sup>a</sup> Doutora Isabel Loureiro, fazendo um ponto de situação, disse que a ideia de chamar os jovens a discutir assuntos relacionados com a Saúde que lhes diziam respeito, já tinha vindo a ser discutida em 2018 e que estaria relacionada com o relatório do CNS de 2018 e também com o de 2019.

O Prof. Doutor João Raposo considerou ter todo o interesse de aproveitar essa oportunidade, quer pela ação em si, quer pela visibilidade para o CNS. Em relação ao calendário sugeriu que o DMS poderia ser um ponto de partida, de lançamento de ações e posterior apresentação do que foi feito, que seria uma questão de organização e articulação.

A Dra. Piedade Líbano Monteiro sugeriu um desafio lançado aos jovens, antes de estes começarem com avaliações, por exemplo uma carta de intenção em que os jovens diriam o que queriam e como queriam a Saúde e os resultados, previamente estruturados, apresentados no DMS ou, ao contrário, nesse dia fazia-se o lançamento das ações a desenvolver. Sublinhou que a Educação não se podia desligar da Saúde e que gostaria de ver essa articulação.

A Prof<sup>a</sup> Doutora Lucília Nunes acrescentou que não se podia esquecer o ensino superior e sugeriu que a comemoração promovida pelo CNS se prolongasse por uma semana e não apenas no dia.

O Presidente referiu que já tinha sido pensado e que, apesar das comemorações do DMS continuassem a ser feitas nos moldes habituais, se poderia fazer uma ponte com atividades paralelas.

Por sua vez, a Dra. Sílvia Rodrigues pensou que se poderia fazer uma coisa diferente, que servisse de estímulo, por exemplo com a atribuição de um prémio.

A Dra. Sofia Crisóstomo achou que era uma oportunidade de estabelecer uma parceria com os Conselhos Nacionais de Educação e da Juventude.

O Prof. Doutor João Raposo gostou da ideia, mas achou que teriam de começar em setembro e difícil assegurar uma semana, com os contactos que era necessário estabelecer com o exterior. A Dra. Sofia Crisóstomo entendeu que com o apoio das freguesias seria possível, que se poderia lançar a semana da saúde por exemplo, sugerindo a Prof<sup>a</sup> Doutora Lucília Nunes contactar os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS).

A Dra. Joaquina Castelão, por sua vez, manifestou que teria de ser o CNS a dizer o que pretendia e depois criar sinergias nesse sentido, referiu que as comunidades intermunicipais (CIM) podem fazer muita coisa e envolver outros parceiros, que se poderiam promover reuniões do grupo do CNS com alguns dos seus representantes, que no DMS dariam o seu testemunho do que teria sido feito nas respetivas regiões, conforme o que tivesse sido acordado previamente. Disponibilizou-se para fazer contactos.

A Prof. Doutora Lucília Nunes observou que a articulação deveria ser feita a nível das plataformas supraconcelhias que, como topo da pirâmide, tirava-se partido da própria estrutura da organização do território, rentabilizando o esforço a desenvolver.

O Presidente, perante as considerações tecidas, considerou importante definir uma ideia, que seria centrada em como os jovens querem a Saúde e o que esperam da Saúde.

O Prof. Doutor Castro Caldas observou que o funcionamento por impulsos era uma preocupação, achando mais interessante dar visibilidade ao que estava a ser feito. O Prof. Doutor Henrique Barros concordou e achou importante dar esse relevo.

Findas as intervenções, a Dra. Isa Alves propôs fazer um draft do projeto e a sua operacionalização para ser trabalhado.

O Presidente lembrou que o relatório de Saúde Mental tinha que ser aprovado em plenário, em outubro, mas que também seria preciso convidar alguém da Educação, a que a Dra. Piedade L.

Monteiro lembrou que o Secretário de Estado da Educação já tinha manifestado interesse em apresentar ao CNS o Manual de Boas Práticas para a transição de jovens com necessidades educativas especiais, lançado em abril.

Em seguida, o Presidente abordou outro ponto da agenda: Termos de Referência do Plano Nacional de Saúde 2020-2030, observou que o documento enviado seria um ponto de partida, que era um documento macro, quanto mais sucinto e claro fosse, mais útil seria para o desenvolvimento do PNS.

Para a elaboração do documento, considerou dois pontos fulcrais a debater:

- O que se espera do novo Plano
- Como deve ser feito, talvez menos importante, mas que fora baseado nas preocupações manifestadas pelos conselheiros, nos documentos enviados.

O Prof. Doutor Castro Caldas manifestou a preocupação da falta de comunicação, que considerou uma das maiores falhas entre instituições, técnicos, intervenientes, informação técnica. Reconheceu a existência do cuidador por ignorância, como facto, cuja resolução deveria ser um dos esforços principais a desenvolver, a que o Prof. Doutor Henrique Barros referiu que estava contemplado no ponto 8 do documento ToR enviado, mas que talvez fosse de dar mais ênfase, assim como contemplar uma componente sobre circulação da informação técnica.

A Dra. Joaquina Castelão acrescentou que a questão da comunicação deveria abranger também o cidadão, deveria haver facilidade de acesso ao historial do doente; O Prof. Castro Caldas chamou a atenção para a proteção de dados, a Dra. Andreia Leite e a Dra. Dina Carvalho referiram a existência do registo do histórico do doente e dos exames de diagnóstico respetivamente.

O Presidente alertou que o acompanhamento eletrónico da informação estava condicionado pelos limites técnicos e legais.

Por sua vez o Doutor Orlando Monteiro da Silva concordou com o documento síntese e fez o reparo de que no ponto 7, em Cobertura Universal em Saúde estava pouco explícito que não abrangia tudo, em alguns serviços, como os de cuidados de medicina dentária, entendendo que o CNS pode ser educativo nesta matéria.

O Prof. Doutor Luís Carvalho disse que discutir o que se entendia por termos de referência era uma questão importante e considerava que o documento apresentado fazia uma boa síntese. Destacou três áreas:

- a) Potenciar as capacidades instaladas, por exemplo, ao nível da RNCCI, tendo em vista programas de saúde focados na maximização do potencial de autonomia funcional;
- b) Criar condições para a consolidação de programas de saúde orientados para a “autogestão” das doenças crónicas, junto de clientes com potencial para um “autocuidado” responsável;
- c) Apostar nos cuidados de saúde dirigidos às famílias que integram dependentes no seu domicílio

O Prof. Doutor Miguel Viveiros falou na importância do diagnóstico, da proteção de dados, da prevenção e boas práticas; o Prof. Telmo Baptista achou o documento bem elaborado, referindo que no que respeita à Saúde Mental era necessário definir as prioridades; a Prof. Lucília Nunes abordou algumas questões de ética importantes, como a finitude de recursos, a dificuldade de dar respostas, a definição das prioridades e dos princípios éticos, chamando ainda a atenção para as escolhas relativas, que se traduzem em identificar as prioridades com os recursos existentes e a prioridades necessárias, que entendia deveriam servir de base à elaboração do PNS.

A que o Prof. Henrique Barros pediu que enviassem as respetivas sugestões de forma muito sucinta e concreta. Concluiu que a ideia era haver uma centralidade da Saúde.

Perguntou se concordavam com a proposta a apresentar à Sra. Ministra da Saúde: um documento capaz de dar respostas e que incluísse o pensamento do público, contrapondo ao modelo do que tem sido feito, que se tem revelado muito hermético.

O Prof. Doutor Miguel Viveiros propôs ainda que no conselho consultivo a criar, se acrescentasse um representante das ordens profissionais.

A Dra. Dina Carvalho lembrou que há um conjunto de profissionais significativos que não têm ordem, apenas associações, que segundo o Doutor Orlando Monteiro da Silva nem a ACSS sabe bem quem são.

A Prof<sup>a</sup>. Doutora Lucília Nunes acrescentou que a grande vantagem da consulta pública é poder contar com a contribuição de todos os sectores.

Ficou combinado que até 5 de julho os conselheiros enviariam contributos

Para o final da reunião o Presidente introduziu o último tema em agenda: o programa ENESIS 20/30 Estratégia Nacional para o Ecosistema da Informação de Saúde. A Equipa responsável [(Eng<sup>o</sup> Alfredo Ramalho - Diretor Sistemas de Informação, Eng<sup>a</sup> Ana Esteves - Núcleo de Coordenação do eSIS (NESIS), Eng<sup>o</sup> Carlos Gonçalves - Núcleo de Coordenação do eSIS (NESIS)] fez a apresentação que suscitou grande interesse, por focar vários pontos que coincidiam com algumas preocupações do CNS, foram colocadas algumas questões e ficou combinado o CNS, através dos seus membros, enviar contributos que considerassem omissos de alguma forma.

O Presidente agradeceu a disponibilidade e a apresentação da Equipa ENESIS 2020/30, propôs a partilha de trabalhos e de inquietações comuns.

Nada mais havendo a tratar, foi a presente reunião encerrada, pelas 13h30.